
**ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
ADICIONALMENTE COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO
LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.**



JUCESP PROTOCOLO
0.133.596/13-8



LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Joana Foresto Storani, nº 676, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 66.079.609/0001-06, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Emissora**");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Agente Fiduciário**"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("**Debênture(s)**" e "**Debenturista(s)**");

e, como Fiador e principal garantidor das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão,

ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 2.381.252-2, expedida pelo DIC-RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 028.600.667-72, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rainha Guilhermina, nº 75, 3º andar, Leblon ("**Fiador**"), com expressa anuência de sua esposa, **MARIA LUCIA BOARDMAN CARNEIRO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, socióloga, portadora da carteira de identidade nº 2.358.592, expedida pelo IFP-RJ, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 260.954.247-04, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Venâncio Flores, nº 305, sala 1002 (parte), Leblon ("**Maria Lucia**"), neste ato representada pelo Fiador, nos termos da procuração outorgado em 25 de novembro de 2008,

resolvem celebrar esta "Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Log & Print Gráfica e Logística S.A." ("**Escritura de Emissão**"), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A celebração da presente Escritura de Emissão da qual a Emissora é parte, bem como a realização da emissão das Debêntures ("**Emissão**") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**") ("**Oferta**"), foram autorizadas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 8 de fevereiro de 2013 ("**AGE**"), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

JUCESP

19 02 19

2. REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, serão arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”);
- II. *arquivamento e publicação da ata do ato societário.* Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Estado de São Paulo”;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários.* A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º, da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação;
- VI. *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).* A oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”; e
- VII. *Registro nos cartórios de Registro de Títulos e Documentos.* Em virtude da Fiança prestada pelo Fiador, a presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) Vinhedo, no Estado de São Paulo; e (ii) Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 A Emissora tem por objeto (a) a exploração da indústria gráfica e a edição de livros em geral, englobando: (i) Serviços Gráficos – impressão e acabamento de revistas,



livros, tablóides, cartazes e catálogos; (ii) Serviços Editoriais – editoração de revistas, livros, tablóides, cartazes e catálogos; (iii) Serviços de Distribuição – distribuição dos produtos fabricados ou não na gráfica para editoras, bancas de revistas e livrarias; (iv) Serviços de Bureau – confecção de filmes, provas, tratamento de imagens, escaneamento de imagens; (v) Editoração Digital – criação, divulgação e manutenção de revistas, informativos e sites para Internet; e (vi) Assessoria de Imprensa e Marketing; (b) a importação e/ou exportação de produtos e serviços relacionados com objeto social; e (c) a participação em empreendimentos gráfico-editoriais, inclusive como sócia ou acionista.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados exclusivamente para o alongamento do perfil da dívida da Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para o volume de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória da Log & Print Gráfica e Logística S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação do Banco ABC do Brasil S.A. (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).
- 5.2 *Prazo de subscrição.* As Debêntures serão subscritas, em até 2 (dois) dias úteis contados da data de início de Distribuição, em uma única data.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, em uma única data, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização.
- 5.4 *Declaração.* No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.
- 5.5 *Desconto.* Não será concedido qualquer tipo de desconto aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 5.6 *Fundo de liquidez.* Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou



firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.7 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Cetip 21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado (i) entre Investidores Qualificados, ressalvado o disposto no artigo 15, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476; (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476; e (iii) depois do cumprimento, pela Emissora, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da emissão.* As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

6.2 *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na Data de Emissão.

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 40 (quarenta) Debêntures.

6.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

6.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

6.8 *Banco Liquidante de Emissão.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da

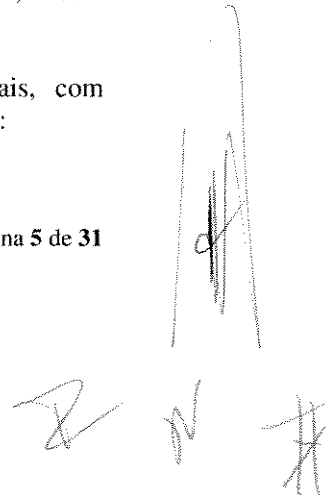
Lei das Sociedades por Ações, conforme modificada, contando adicionalmente com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 7 abaixo:

- 6.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de fevereiro de 2013 (“Data de Emissão”).
- 6.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de 1 (um) ano, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de fevereiro de 2014 (“Data de Vencimento”).
- 6.13 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.14 *Pagamento da Remuneração.* A Remuneração das Debêntures será paga em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte (“Remuneração”):
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *Juros remuneratórios:* As Debêntures farão jus a incidência de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”) acrescida de uma sobretaxa de 2,0% (dois por cento) ao ano base 252 dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures, desde a Data de Emissão, e será devida na Data de Vencimento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração, acrescido de *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido na data de pagamento da Remuneração;
- VNe Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:





$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI Produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI, considerados em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k Taxa DI over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread ou sobretaxa = 2,0000;

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

- (a) Efetua-se o produto dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerará-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (d) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

III. Observado o disposto no item IV^a abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

IV. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas ("AGD") para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD prevista acima, referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na AGD prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da realização da AGD prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, caso em que,



quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.16 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.17 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser precedido de notificação por escrito (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Coordenador Líder; e (iii) à CETIP, que conterá as condições do Resgate Antecipado Facultativo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data estipulada para realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo (“Notificação do Resgate Antecipado Facultativo”). O Agente Fiduciário publicará em seu *website*, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à data estipulada para realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, o inteiro teor da Notificação do Resgate Antecipado. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas eletronicamente no CETIP 21 e, nas demais hipóteses, por meio do Escriturador Mandatário. O valor do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão até do pagamento do resgate, acrescido de prêmio de 2% (dois por cento) ao ano 252 dias úteis (“Prêmio de Resgate Antecipado”) incidente sobre o Valor Nominal das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, sendo o Prêmio de Resgate Antecipado calculado *pro rata temporis* em relação ao prazo total das Debêntures, considerando-se o período compreendido entre a data estipulada para realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo” e “Data do Resgate Antecipado Facultativo”, respectivamente). A Notificação do Resgate Antecipado Facultativo deverá conter: (i) a data para o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo. Após o Resgate Antecipado Facultativo, as respectivas Debêntures resgatadas deverão ser canceladas. Fica vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures.
- 6.18 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.19 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores



em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

- 6.20 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.21 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip 21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem eletronicamente no Cetip 21: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para esse fim.
- 6.22 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.23 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.
- 6.24 *Vencimento antecipado.* Sujeito ao disposto nos subitens da presente Cláusula 6.24, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso VIII abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.24.3 abaixo), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência pela Emissora e; (c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo



pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; e/ou (f) insolvência do Fiador declarada na forma da legislação aplicável;

- II. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- III. incorporação, fusão ou cisão da Emissora, exceto:
 - (i) se aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) nas hipóteses em que a reorganização societária (incorporação, fusão ou cisão) da Emissora não resulte em (a) mudança indireta do seu controle societário; e/ou (b) transferência a terceiros da participação societária indireta do Fiador na Emissora representativa de seu controle societário, casos em que serão permitidas independentemente de anuência de Debenturistas.
- IV. incorporação, pela Emissora, de outra(s) sociedade(s), ou incorporação, fusão ou cisão de qualquer controlada da Emissora, exceto:
 - (i) se qualquer uma das operações tenha sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) nas hipóteses em que a reorganização societária (incorporação, fusão ou cisão) pela Emissora não resulte em (a) mudança indireta do seu controle societário; e/ou (b) transferência a terceiros da participação societária indireta do Fiador na Emissora representativa de seu controle societário, casos em que serão permitidas independentemente de anuência de Debenturistas.
- V. alteração do controle indireto da Emissora e/ou transferência a terceiros da participação societária indireta do Fiador na Emissora representativa de seu controle societário, exceto se tal alteração tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação;
- VI. redução do capital social da Emissora, em valor superior ao equivalente a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido reportado no balanço patrimonial da última informação trimestral divulgada pela Emissora até a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora e/ou pelo Fiador, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto se a cessão tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação;



- VIII. não pagamento, pela Emissora e/ou Fiador, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
- IX. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo maior;
- X. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, que altere substancialmente, a critério dos Debenturistas, titulares de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação, as atividades atualmente praticadas e exclusivamente relacionadas, direta ou indiretamente, ao setor de sua atuação;
- XI. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelo Fiador nas Cláusulas abaixo provaram-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, a critério dos Debenturistas, titulares de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação, não remediada no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro;
- XII. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Fiador, de qualquer outra obrigação pecuniária junto a qualquer Debenturista não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da sua declaração, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou do Fiador junto a qualquer Debenturista sem que haja o respectivo pagamento;
- XIV. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer outra obrigação pecuniária junto a terceiros, em valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas), ou vencimento antecipado de dívida da Emissora e/ou do Fiador junto a terceiros em tal montante sem que haja o respectivo pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da sua declaração;

- XV. protesto legítimo de títulos (i) contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e (ii) contra o Fiador cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em ambos os casos, atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi quitado e/ou depositado em juízo; e/ou
- XVI. descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora e/ou contra o Fiador em valor, individual ou agregado, na data que for estipulada a referida decisão, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outra moeda.
- 6.24.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, V, VII e VIII da Cláusula 6.24 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.
- 6.24.2. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula 6.24 acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.24.1 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, AGD, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não das Debêntures. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por Debenturistas representando, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida AGD, com a presença de Debenturistas representando o quórum de aprovação mencionado nesta Cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.24.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.
- 6.24.4. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 6.24.3 acima, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso VIII da Cláusula 6.24 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde

a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

- 6.24.5. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 6.24.3 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.
- 6.24.6. No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 6.24.3 acima, o Agente Fiduciário deverá, em conjunto com a Emissora, com no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização do pagamento de que trata a Cláusula 6.24.4 acima, solicitar à CETIP o pagamento das Debêntures registradas no Cetip 21.
- 6.25 *Publicidade.* Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões relativos às Debêntures e à presente Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Estado de São Paulo”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização. Os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecerão ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, deverá ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.
- 6.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e ao Agente Fiduciário.

- I. para a Emissora:
 Log&Print Gráfica e Logística S.A.
 Rua Joana Foresto Storani, nº 676
 CEP 13280-000 Vinhedo - SP
 At.: Paulo Rogério Bressan
 Telefone: (19) 3876-7329
 Fac-símile: (19) 38767315
 Correio Eletrônico: paulo.bressan@logprint.com.br

UNIBANCO

PENTAGON

- II. para o Agente Fiduciário:
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514
CEP 22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: juridico@pentagonotrustee.com.br /
backoffice@pentagonotrustee.com.br
- III. para a CETIP:
CETIP S.A. – Mercados Organizados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663 – 1º andar
CEP 01452-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1563
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br
- IV. Para o Banco Liquidante:
Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100
CEP 04344-902 São Paulo - SP
At.: Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fac-símile: (11) 2797-3140
Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br
- V. para o Fiador:
Antônio José de Almeida Carneiro
Rua Rainha Guilhermina, nº75, 3º andar, Leblon, CEP 22.441-120
Rio de Janeiro - RJ
At.: Antonio José de Almeida Carneiro
Telefone: (21) 2239-5670
Fac-símile: (21) 3206-5809
Correio Eletrônico: ajcarneiro@multiplic.com.br

7. GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

- 7.1 Para assegurar o fiel e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação, o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, da Remuneração, do Prêmio de Resgate Antecipado, e dos Encargos Moratórios, caso devidos, o Fiador presta fiança (“Fiança”) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.
- 7.2 O Fiador declara-se e obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador, responsável solidariamente à Emissora como principal pagador do Valor

Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

- 7.3 O Fiador, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 7.4 O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal indicados na Cláusula 7.1. acima, inclusive as despesas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, Banco Liquidante, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelo Fiador em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.
- 7.5 O Valor Garantido será pago pelo Fiador, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Fiador, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis contados da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura e/ou na hipótese de decretação de vencimento antecipado das Debêntures, desde que a Emissora deixe de efetuar os pagamentos em virtude da decretação do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP de acordo com os dados e instruções de pagamento recebidas do Agente Fiduciário constantes da notificação de que trata esta Cláusula, mediante Transferência Eletrônica Disponível - TED para as contas bancárias de titularidade dos Debenturistas mencionadas na notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário, dispensadas quaisquer formalidades adicionais de qualquer natureza, ressalvada a notificação mencionada nesta Cláusula.
- 7.6 Fica facultado ao Fiador efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será considerado sanado pelo Fiador.
- 7.7 O Fiador subrogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que o Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

DUCE SP

DUCE SP

- 7.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura e poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes necessário até a integral liquidação das Debêntures.
- 7.9 O Fiador declara e garante que todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas (inclusive autorização da cônjuge Sra. Maria Lucia, acima qualificada) e se encontram em pleno vigor.
- 7.10 Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.
- 7.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e o Fiador.
- 7.12 Fica desde já certo e ajustado que, até a Data de Vencimento e durante eventual prazo de cura especificamente estipulado nesta Escritura de Emissão, a Emissora é a única responsável pelo pagamento de qualquer valor e pelas obrigações acessórias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto se de outra forma expressamente aqui pactuado. Não obstante, no caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer pagamento, nos termos desta Escritura de Emissão, o Fiador tornar-se-á responsável pelo referido pagamento, nos termos da Cláusula 7.2 acima.
- 7.13 A Fiança prestada pela Fiadora constitui obrigação cuja validade e efeitos independem da perfeita formalização desta Escritura e dos contratos que compõem a Emissão.
- 7.14 No caso de invalidade ou ineficácia, total ou parcial, da Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou da inexistência ou inexigibilidade de qualquer das obrigações afiançadas, por qualquer razão, o Fiador responderá, como uma obrigação independente, pelo reembolso aos Debenturistas de todos os valores devidos pela Emissora previstos nesta Escritura de Emissão.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 3 (três) meses do encerramento do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas

demonstrações financeiras completas da Emissora acompanhadas de relatório da administração e parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração da Emissora atestando o cumprimento das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, inclusive com relação ao Fiador;

- (b) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias gerais de acionistas da Emissora que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas;
 - (c) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento de inadimplemento nos termos da Cláusula 6.24 da presente Escritura;
 - (d) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento nos termos da Cláusula 6.24 da presente Escritura de Emissão;
 - (e) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento prejudicial que comprometa, de forma significativa, os negócios da Emissora e/ou sua capacidade de atender suas respectivas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão (“Efeito Material Adverso”);
 - (f) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificada e razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - (g) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP; e
 - (h) no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos com tal inscrição;
- II. informar o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures que seja permitido nos termos da presente Escritura de Emissão, se for o caso, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- III. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- IV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas

as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles em processo de renovação e/ou cuja não obtenção não possa acarretar em um Efeito Material Adverso;

- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VI. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o Cetip 21, arcando com os respectivos custos;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (Cetip 21);
- VIII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora;
- IX. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.9 abaixo; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.9 abaixo;
- X. notificar, em até 5 (cinco) dias úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer AGD;
- XI. convocar, em até 5 (cinco) dias úteis, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XII. comparecer, por meio de seus representantes, às AGDs, sempre que solicitado;
- XIII. enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no item XIV, alínea (c) abaixo; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer; e
- XIV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, conforme aplicáveis;

- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, sem prejuízo da divulgação na sua página na Internet de suas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 2011;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder;
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM;
- (h) Comunicar aos titulares das Debêntures a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de cumprir pontualmente suas obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures na presente Escritura; e
- (i) Comunicar em até 5 (cinco) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração relevante nas condições financeiras, societárias e/ou operacionais da Emissora e nas condições financeiras do Fiador, controladora(res) e/ou controladas ocorridas até a Data de Integralização que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

CONFESSÃO

DE EMISSÃO

- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constituirá obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelo Fiador, sendo certo que não efetuou nenhum procedimento independente de verificação, com o que o Debenturistas declaram-se cientes e de acordo;
- VII. é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. está devidamente qualificado para exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- XI. a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28.
- 9.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

9.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar AGD para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela AGD e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, bem como nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela AGD; ou (b) a AGD não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

9.4 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e

desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

- 9.5 As parcelas citadas na Cláusula 9.4 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 9.6 As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.7 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.8 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 9.9 A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função e razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, extração de certidões, despesas com viagens, alimentação e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.
- 9.10 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovados e adiantados pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período

CONFES

superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.11 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, até o limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pelo Fiador;
- VI. promover nos competentes órgãos, às expensas da Emissora caso esta não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão, e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- X. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI. convocar, quando necessário, AGD;
- XII. comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIII. elaborar e enviar à Emissora, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das

Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Emissora enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive o organograma, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido organograma da Emissora deverá conter os controladores da Emissora, as controladas da Emissora, as coligadas da Emissora, e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração, se for o caso;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

CONFES

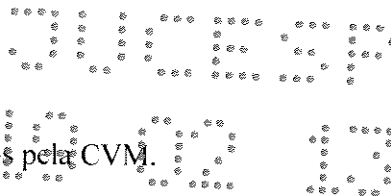
CONFES

- XV. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o item XIII acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso XIV;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão;
- XVIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Fiador, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- XIX. divulgar as informações referidas no item XIII, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XX. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website* o Valor Nominal das Debêntures a ser calculado pela Emissora.
- 9.12 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.24 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. notificar o Fiador, nos termos da Cláusula 7 e subitens acima;
 - II. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão (inclusive o disposto nos itens 6.24.1 a 6.24.6), antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - III. requerer a falência da Emissora;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

DEBENTURISTAS

AGD

- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 9.13 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.12 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação.
- 9.14 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 9.15 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.
- 9.16 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, obrigando-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora.
- 9.17 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento sobre qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
10. ASSEMBLEIAS GERAIS DE DEBENTURISTAS
- 10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 10.2 As AGDs poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 10.3 As AGDs se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 10.4 A presidência das AGDs caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das



Debêntures, ou àqueles que forem designados pela CVM.

- 10.5 Nas deliberações das AGDs, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.6 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas nas AGDs dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação.
- 10.6 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15, inciso IV acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; (e) de qualquer disposição da Cláusula 7 da presente Escritura no tocante às obrigações assumidas pelo Fiador; e (f) alteração da Cláusula 6.24 e subitens
- 10.7 Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer AGD, serão excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus administradores; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer AGDs, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.
- 10.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.
- 10.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.10 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
11. DECLARAÇÕES DA EMISSORA
- 11.1 A Emissora neste ato declara que:
- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
 - II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;



- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta, (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI. as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e ao período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VII. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por quaisquer descumprimentos que não possam acarretar um Efeito Material Adverso;
- VIII. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e por quaisquer obrigações cujo descumprimento não possa acarretar um Efeito Material Adverso;
- IX. inexistem, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar um Efeito Material Adverso; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- X. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- XI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da

remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

11.2 O Fiador neste ato declara que:

- I. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes do Fiador, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- II. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a Oferta, (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Fiador seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face do Fiador; e (b) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem do Fiador, exceto por aqueles já existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- III. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, em seu melhor conhecimento, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por quaisquer descumprimentos que não comprometam, de forma significativa, sua capacidade de atender suas respectivas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão;
- IV. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e por quaisquer obrigações cujo descumprimento não comprometa, de forma significativa, sua capacidade de atender suas respectivas obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão; e
- V. inexistem, em seu melhor conhecimento, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar um Efeito Material Adverso; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar a garantia prestada pelo Fiador nesta Escritura de Emissão e esta Escritura de Emissão.

- 11.3 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1 acima.

CONFESSÃO

DE FIDUCIÁRIO

- 11.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.3 acima, a Emissora e/ou Fiador comprometem-se a notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

12. DESPESAS

- 12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

13. RENÚNCIA

- 13.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 15.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

JUCESP

SP 000 10

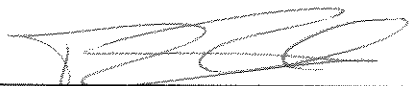
15.3 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

15.4 Fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o julgamento de qualquer medida ou ação judicial relacionada a esta Escritura de Emissão de Debêntures, renunciando a Emissora a qualquer outro foro, ainda que privilegiado, e ressalvado, no entanto, o direito dos Debenturistas de optar pelo foro da sede, escritórios ou filiais da Emissora e do Fiador.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2013

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.



Nome: **Rodney Paloni Casadei**
Cargo: **CPF: 137.700.168-74**
RG: 20.893.850

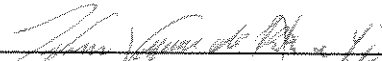
DIRETOR GERAL

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: **CARLOS EDUARDO MASSAO SHIBUYA**
Cargo: **CPF: 178.055.148-16**
RG: 22.974.397

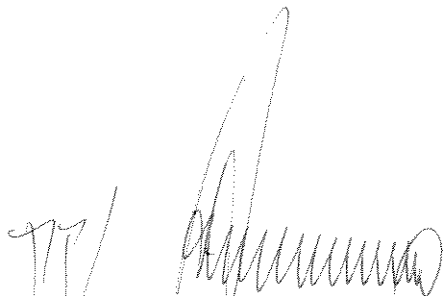
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO



Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **procurador**



ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO



MARIA LUCIA BOARDMAN CARNEIRO

Testemunhas:



Nome: **Cláudia de Mello Duarte**
Id.: **CPF 799.525.007-00**
CPF/MF: **IFP 05164877-2**



Nome: **Raquel Alexandre Santiago Gonçalves**
Id.: **RG. 08469656-6 - DETRAN/RJ**
CPF/MF: **CPF 008.732.477-60**

